

INSTÂNCIAS DA SOCIEDADE E CIÊNCIAS SOCIAIS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Nota para discussão na disciplina de Metodologia Científica para Economistas, Curso de Pós-Graduação, GV-Economia. Versão nº.3, 20/2/2005.

As ciências sociais buscam compreender a forma pela qual a sociedade se organiza e assim viabiliza e condiciona a vida dos seus membros. Seu objeto, portanto, é a vida humana enquanto vida social, é o sistema social, sua estrutura, sua cultura, suas instituições. O objetivo do estudo das ciências sociais é o de fornecer elementos que orientem a ação individual dos membros de cada sociedade, facilitando a consecução dos seus objetivos comuns ou sociais. É o de permitir que os homens e as mulheres possam, de alguma forma, controlar suas próprias vidas e a mudança social a que estão permanentemente sujeitos. Para isso, analisam as relações sociais a partir de cortes no espaço, no tempo, e por tipos de relação – social, cultural, política, econômica. A partir desse último critério, podemos ver nas ciências sociais quatro teorias fundamentais: a teoria social, ou sociologia e antropologia, cujo objeto é a sociedade em geral e sua cultura; a teoria política, que estuda o poder e a principal instituição que o regula em cada sociedade, o Estado; a teoria do direito, ou direito, que estuda as instituições formais ou leis dotadas de coercitividade definidas principal senão exclusivamente pelo Estado; e a teoria econômica, ou economia, que estuda a produção, troca e distribuição de bens realizada por duas instituições reguladas pelo Estado: o mercado e o dinheiro.

As ciências sociais, como o próprio nome, pretendem ser científica, e por isso, inspiradas nas ciências naturais, buscam adotar métodos de pesquisa semelhantes, embora saibam que não podem ter a precisão das ciências naturais, e que uma parte importante da sua produção científica é constituída de ensaios cujas assertivas não podem ser facilmente

testadas empiricamente. Enquanto as ciências físicas estudam as relações entre os seres ou as partículas inanimadas, e as ciências biológicas, entre os seres vivos, as ciências sociais têm como objeto o ser humano vivendo em sociedade. Muitos cientistas sociais insistem em buscar nos sistemas sociais ‘leis’, ou relações de causa e efeito iguais aos existentes nas ciências físicas, mas mesmo nelas só se pode falar em causa e efeito na medida em que os elementos inter-relacionados são semelhantes.¹ Já nas ciências biológicas, que analisam organismos vivos, cujos elementos são díspares e sujeitos a cruzamentos causais de toda espécie, a idéia de causação se enfraquece. O que dizer, então, das ciências sociais, que estudam um organismo que não apenas é extremamente complexo, mas cujos componentes são dotados de um razoável grau de liberdade, aprendem, e têm uma história? Nesse caso, o que podemos encontrar, na melhor das hipóteses, são ‘leis sociais’ consideravelmente mais precárias do que as leis naturais. Podemos descobrir leis, tendências, podemos analisar e classificar os fatos sociais, podemos fazer previsões, mas sempre de forma modesta. Também os cientistas naturais precisam ser modestos, mas se a verdade buscada é para eles uma deusa difícil de conquistar, para nós ela é inalcançável, porque, quando pensamos estar chegando a ela, a realidade muda, ou os atores surpreendem, e as questões ressurgem.

Não há uma hierarquia entre as ciências sociais, mas é preciso reconhecer que a sociologia e a antropologia são as mais ambiciosas, já que buscam compreender a sociedade como um todo. Além disso, as intersecções entre elas são muito grandes. Por isso, distinguir as ciências sociais pelo ângulo que estudam a sociedade não parece uma solução plenamente satisfatória. A alternativa de as diferenciá-las pelo método utilizado merece consideração, já que é possível perceber o uso de métodos diferentes pelos seus praticantes, mas este é um critério igualmente problemático. A teoria política e a teoria econômica seriam principalmente hipotético-dedutivas e normativas, a sociologia e a antropologia, principalmente histórico-dedutivas, mas sabemos que a abordagem hipotético-dedutiva (que é a única possível na matemática e na lógica, e é muito útil na física e na mecânica) quando aplicada às ciências sociais encontra um sem-número de limitações. Só é possível ter uma teoria econômica e uma

¹ Lawrence K. Frank, “Causation: An Episode in the History of Thought”.

teoria política significativas quando elas ganham também um caráter indutivo e histórico, além do dedutivo.²

Uma terceira possibilidade seria pensar a sociedade como constituída de ‘instancias’ inter-relacionadas mas relativamente independentes, nos termos gerais em que dois sociólogos tão diferentes quanto Marx ou que Talcott Parsons pensaram. Em todas as sociedades complexas temos três instâncias: a estrutural, a cultural, e a institucional. Entre as estruturas sociais que definem a natureza e o grau de desenvolvimento de uma sociedade estão o nível tecnológico dessa sociedade, a divisão do trabalho, as relações familiares básicas, as formas de propriedade, as formas de estratificação ou estruturação social. Na instância cultural, além das religiões, dos valores, das crenças, estão as ideologias que, embora um fenômeno cultural, já fazem parte do sistema político. Finalmente temos as instituições, que definem as regras e o campo do jogo social. Podemos ter instituições informais, que todas as sociedades inclusive as primitivas possuem, e formais – um Estado e um direito, que só as sociedades um pouco mais complexas comportam. Estas três instâncias são interdependentes, umas agindo sobre as outras. Talvez possamos dizer, como Marx, que a instância estrutural tem um poder de determinação maior, mas veremos que as instituições são mais estratégicas no processo histórico ou de mudança social. Nem sempre os limites entre elas estão claros. Nas relações de parentesco ou na forma de propriedade, por exemplo, já existem elementos normativos. É importante, porém, distinguir os elementos estruturais de cada sociedade, que a definem essencial ou estruturalmente, das regras do jogo normais que se situam na instância das instituições.

No plano político das instituições, as sociedades primitivas aparecem sob a forma de clãs e tribos; as mais complexas, sob a forma de impérios, cidades-Estado; a partir do capitalismo, os Estados-nação começam a se tornar dominantes. No mundo atual, caracterizado pelo capitalismo global, praticamente todo o globo terrestre está organizado na forma de estados-nação, cada um dotado de uma sociedade nacional e de um Estado. Entre as instituições de um Estado-nação, aquela que é central nas sociedades complexas é o Estado. Sua definição clássica – a instituição que detém o monopólio da violência legítima – foi dada

² Discuti esse problema em Bresser-Pereira, “Economics' Two Methods and the New

por Max Weber. Hoje, nas sociedades democráticas, é aconselhável completar essa definição: é a instituição ou aparelho de ação coletiva das sociedades nacionais dotada de monopólio da violência legítima. Este monopólio é exercido através de um sistema jurídico ou de direito dotado de poder coercitivo encabeçado pela lei constitucional, o qual, conjuntamente com o aparelho ou organização do Estado, constituem o próprio Estado.

Um país ou Estado-nação compõe-se, portanto, de sociedade nacional ou nação, soberana sobre um determinado território, e de um Estado que lhe serve de instrumento de ação coletiva. As expressões Estado-nação, Estado nacional e país como sinônimas. É comum usar-se também a palavra Estado nesse sentido, mas, como já deixei claro, é melhor pensar no Estado como o elemento constituinte específico do Estado-nação, como a instituição organizacional e normativa dotada de poder coercitivo extroverso sobre a sociedade nacional vivendo no seu respectivo território. Nos sistemas políticos autoritários que foram absolutamente dominantes até o final do século dezanove, o Estado se sobrepunha à sociedade; nos sistemas políticos democráticos modernos, o Estado e seu governo são a expressão da vontade da nação ou do povo. Desde que os governos se distinguiram do Estado, e o patrimônio dos governantes, do patrimônio público ou da *res publica*, tornou-se essencial distinguir com clareza a sociedade do Estado, e pensar que a sociedade pode ter uma ação política. Surgiu, assim, o conceito de sociedade civil, como sendo a sociedade nacional organizada politicamente fora do aparelho do Estado.

Habermas pensa na sociedade como constituída de duas esferas – a esfera pública, formada pelo Estado ou sistema político-administrativo, pelas ideologias, e pela sociedade civil no sentido restrito que vem sendo adotado de somatória das organizações do terceiro setor (organizações públicas não-estatais e organizações corporativas), e o mundo da vida ou da esfera não-política.³ A idéia de mundo da vida corresponde aproximadamente ao que estou chamando de sociedade nacional ou nação, e que também pode ser chamada de esfera privada. Sei que a palavra ‘nação’ tem um sentido político, mas tem também um sentido principalmente social e cultural, na medida que envolve um conjunto de pessoas que compartilha valores, crenças, e mesmo um destino comum, e que, apesar de seus conflitos, se

Historical Facts Approach”.

sentem solidárias quando na relação com as outras nações. Não existe Estado sem nação, como não existe nação sem Estado. Ambos surgem ao mesmo tempo, no bojo da formação dos Estados nacionais e da revolução capitalista, que é sucessivamente uma revolução comercial, nacional, e industrial. Ainda que a nação, como a sociedade civil, se encontre fora do aparelho do Estado, ela sua fonte de legitimação. E o será tanto mais quanto mais democráticas forem as sociedades. Nesse ponto, a nação é mais democrática do que a sociedade civil. Enquanto no povo ou na nação, enquanto conjunto de cidadãos, cada cidadão vale um voto, na sociedade civil o peso de cada cidadão depende de sua riqueza, de seu conhecimento, e de sua capacidade de se organizar politicamente. As ‘organizações da sociedade civil’, de advocacia política ou de serviço, são apenas uma parte da sociedade civil no sentido original e amplo do termo.

Da mesma forma que as três instâncias, as duas esferas – a pública e a privada – são também interdependentes, na medida que a própria sociedade nacional só existe quando existem relações de interdependência entre seus membros. Como não existe uma hierarquia das instâncias, também não existe uma hierarquia das esferas. De um ponto de vista formal, poderíamos dizer que, nas sociedades democráticas, a esfera pública depende da privada, da sociedade não organizada dos cidadãos que agem e votam individualmente, mas sabemos que a realidade é a das influências mútuas das duas esferas semelhante à interdependência das três instâncias.

Os cientistas sociais estão sempre em busca da instância motora, ou estratégica. Marx privilegiou as estruturas; no século vinte, diante do brutal aumento das comunicações e das informações, os cientistas sociais dão cada vez maior importância à cultura; hoje as instituições estão na moda entre os cientistas sociais, e particularmente entre os economistas e os cientistas políticos, embora quanto mais conservadores forem eles, mais tenderão a explicar os fenômenos políticos em termos econômicos, caindo no erro do determinismo econômico dos epígonos do marxismo. Ao que parece, como os extremos se tocam, também os seguidores de segundo classe das grandes teorias se aproximam.

³ Jürgen Habermas, *The Theory of Communicative Action (Volume I and II)*.

Se as instâncias são interdependentes, sendo impossível ocorrerem mudanças em uma instância sem que essas mudanças influam sobre as duas outras, qual a utilidade de distingui-las? Em primeiro lugar, porque sabemos que para conhecer qualquer coisa a análise, ou seja, a divisão do todo em partes apresenta muitas vantagens, a começar pelo simples possibilidade de se estudar separadamente cada aspecto. E, em segundo lugar, porque como esses elementos fazem parte de um todo, ou de um sistema, torna-se possível analisar a interdependência que necessariamente mantêm entre si. Meu objetivo, aqui, porém, é usar as três instâncias para compreender um pouco melhor as relações entre as ciências sociais. Tomemos, em primeiro lugar, as estruturas sociais. Nenhuma ciência tem exclusividade do seu estudo, mas na prática é a sociologia que se interessa mais diretamente por elas. Em princípio, o grau de desenvolvimento tecnológico deveria ser objeto da economia, as formas de propriedade, do direito, as relações de parentesco, da antropologia – e de fato o são – mas a ciência social que se preocupa fundamentalmente com as estruturas, com o intuito de alcançar uma visão abrangente do sistema social, é a sociologia. Ela se preocupa principalmente com o sistema de estratificação social e com as ideologias que lhe correspondem, mas se interessa pelas demais variáveis estruturais porque é, entre as ciências sociais, a mais geral, ou, pelo menos, a mais ambiciosa, porque tem como objeto de estudo a própria sociedade. Poderíamos dizer quase a mesma coisa da antropologia, mas o fato é que ela se preocupa antes com as sociedades primárias (que não são necessariamente primitivas). E que usa um método principal – o estudo de campo – que permite desenvolver idéias básicas sobre as sociedades em geral, mas que ao mesmo tempo limita o alcance da análise. Na verdade, sociologia e antropologia são uma única ciência, que não obstante se distinguem porque usam métodos diferentes – a primeira baseando-se em pesquisas históricas e em levantamentos empíricos gerais, enquanto a segunda estudando diretamente comunidades primárias. Quanto à história, seu objeto também é a sociedade como um todo, mas com o uso de um método de investigação orientado mais para análise dos fatos históricos específicos, do que para as generalizações a que a sociologia pode se dedicar.

Já quando falamos do estudo das culturas, ainda que todas as ciências sociais se dediquem a elas, este é o campo por excelência da antropologia – especialmente quando a cultura é entendida no sentido amplo dos antropólogos. Quando o tema principal são as religiões, ou então é a moral, existem disciplinas específicas para o tema. Quando a cultura se

expressa em termos de ideologias, já estamos no plano da política, e sempre, da sociologia. Finalmente, no estudo das instituições, além da filosofia ou teoria política, as ciências sociais por excelência são, o direito, e a ciência política. Filosofia política, ciência política e direito são disciplinas poderosamente complementares, embora seus praticantes só se encontrem se encontrem profissionalmente, na universidade burocratizada do nosso tempo, muito distantes uns dos outros. Seu objeto mais geral é o poder; as duas instituições básicas que estuda são o Estado e suas respectivas normas jurídicas, não apenas no quadro do Estado-nação, mas, cada vez mais, no quadro do que chamo de Sistema Global, ou seja, do sistema não apenas econômico e social que geralmente é identificado com a globalização, mas também com o sistema político global formado pela Organização das Nações Unidas, pela OMC, e por todos os tratados e acordos que orientam os comportamentos a nível mundial. A filosofia política, que hoje, quando não praticada por filósofos profissionais é chamada de teoria política, é a mais antiga e a mais geral, mas não é exatamente uma ciência mas um ramo da filosofia, na medida em que não usa como método principal a pesquisa. Segue-se o direito, que é a mais normativa das ciências sociais, e, por isso mesmo a ‘menos científica’, porque não se baseia em pesquisas nem está preocupada em fazer previsões sobre comportamentos a não ser quando eles se relacionam com a norma jurídica. A ciência política distingue-se da teoria política por estar baseada na pesquisa, e por pretender ser capaz de fazer previsões sobre o comportamento político, em função dos interesses individuais, dos interesses de classes, e dos condicionamentos surgidos da reforma das instituições. A ciência política, que evoluiu de um lado da sociologia e de outro, do direito, usou originalmente de um método principalmente histórico-dedutivo ou sociológico, mas nos últimos 40 anos, desde que o método da escolha racional começou a ganhar um número crescente de adeptos, submeteu-se à forte influência do método hipotético-dedutivo da teoria econômica neoclássica. A preocupação crescente da ciência política com as instituições somada à recente dominância nos Estados Unidos da escolha racional tem levado alguns a pensar que as duas preocupações estão intrinsecamente ligadas, mas isto não é verdade. O institucionalismo é muito mais antigo e mais geral do que a escolha racional; mesmo modernamente cientistas políticos orientados para a pesquisa empírica – entre os quais os de Arend Lijhart – realizam pesquisa institucional da melhor

qualidade que nada deve ao método da escolha racional.⁴ Boa parte das pesquisas de Adam Przeworski e seus associados enquadram-se nessa categoria, embora esses autores adotem expressamente a escolha racional em seus trabalhos de caráter mais ensaístico ou interpretativo.⁵

A economia também tem como objeto as instituições, e particularmente duas delas, o mercado e o dinheiro. Os primeiros economistas – os mercantilistas e os clássicos – tinham uma clara noção que, por essa razão, por estudar o comportamento social no quadro de instituições, a economia era complementar do direito e da política. Por isso chamavam sua ciência de economia política e não de economia ou de teoria econômica.⁶ Os economistas clássicos, entretanto, já pensaram no mercado como um ente natural, sujeito a ‘leis naturais’, não compreendendo que na sociedade, se existem leis, elas são sociais e por isso muito mais contingentes do que as leis da natureza. Os economistas neoclássicos, por sua vez, a partir do último quartel do século dezenove, quiseram tornar a teoria econômica independente da sociedade e da política. Para isto, abandonaram o método histórico-dedutivo que os clássicos privilegiavam, e passaram a usar um método puramente hipotético-dedutivo, e por isso altamente abstrato, para estudar uma instituição concreta – o mercado – da qual desenvolveram um conceito igualmente abstrato. O dinheiro foi por eles, por muito tempo, quase esquecido: neutralizaram-no e relegaram a segundo plano, provavelmente porque o caráter institucional do dinheiro era por demais evidente. Ao utilizarem, com frequência de forma abusiva, a matemática para estudar uma realidade econômica e social e portanto histórica, quase também esqueceram que a teoria econômica era uma ciência social. Se, para Marx, que criticou os clássicos, a mercadoria já tinha um caráter fantasmagórico, o que dizer agora do mercado pensado pelos neoclássicos? Os grandes economistas do século vinte, porém, como Keynes e Schumpeter, nunca se deixaram levar por essa tendência de afastar as

⁴ Arend Lijhart, *Patterns of Democracy*.

⁵ Veja-se, por exemplo, a notável pesquisa sobre democracia de Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi, *Democracy and Development : Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. Já nos trabalhos de caráter mais hipotético-dedutivo, como, por exemplo, em Przeworski, “Sobre o Desenho do Estado: Uma Perspectiva Agente *versus* Principal”, ele usa o método da escolha racional.

⁶ No inglês, ‘economics’, uma palavra que significa univocamente teoria econômica, já que existe a palavra ‘economy’ para designar o fenômeno real que, em português, é designado por ‘economia’ – a mesma palavra que é sinônima de teoria econômica.

instituições e de considerar a política antes um entrave do que parte do próprio objeto do seu estudo. Mais recentemente, porém, os economistas neoclássicos perceberam que estavam caminhando na direção da irrelevância, e uma das reações que tiveram foi ‘descobrir as instituições’. Para isto, porém, usando seu método, deduziram-nas, ao invés de observá-las histórica e objetivamente.⁷ E as instituições assim deduzidas continuaram a ser algo fora do mercado, que o condiciona, e não o próprio mercado, e o dinheiro que o move. Não é este, porém, o momento para fazer a crítica da escola neoclássica, mas de constatar que, afinal, o objeto principal da economia, como a do direito e da ciência política, são simplesmente duas instituições – ou seja, dois artefatos criados pela sociedade e o Estado: o mercado e o dinheiro.

As ciências sociais acabam se preocupando com todas as instâncias, cada a partir de seu próprio ângulo de observação, e usando o que seus praticantes entendem ser o método apropriado. O último livro de Alain Touraine, por exemplo, desmente a preocupação central da sociologia com a instância estrutural, defende a tese que estamos assistindo a uma mudança de paradigma, do social para o cultural: da explicação da sociedade a partir de conceitos como as classes e os movimentos sociais, para conceitos relacionados de um lado com a tecnologia da informação, a propaganda, e a ideologia, e, de outro, da relação de cada um consigo mesmo enquanto sujeito.⁸ Em um esforço de simplificação, porém, podemos, a partir das instâncias, pensar a sociologia cuidando, ao lado de sua irmã, a história, da sociedade como um todo e de suas estruturas, particularmente do sistema de estratificação, que reflete de forma geral as relações de poder, prestígio e riqueza vigentes nessa sociedade; em seguida, temos a antropologia cuidando principalmente da instância cultural; em terceiro lugar, temos o direito e a ciência política estudando as instituições e particularmente a principal matriz delas, o Estado; e finalmente, a economia, que cuida de duas instituições fundamentais em qualquer sociedade exceto as primitivas, mas que crescem de importância à medida a sociedade se torna mais complexa: o mercado e o dinheiro. Até um certo ponto, podemos pensar essas ciências como uma série de bonecas russas que cabem uma dentro da

⁷ Esta foi essencialmente a contribuição de Ronald Coase, com “The Nature of the Firm”: nesse trabalho, que está na origem do institucionalismo neoclássico, a empresa ou a organização é deduzida do conceito de custos de transação.

⁸ Alain Touraine, *Un Nouveau Paradigme*.

outra, a *babuska* maior sendo a sociologia, e a menor, a economia, já que esta trata de apenas duas das instituições criadas ou reguladas pelo Estado. A metáfora das *babuskas*, entretanto, é discutível, porque afinal nenhuma das ciências sociais cabe nela mesma, ou seja, tem objeto tão definido que permita uma organização desse tipo. Por outro lado, entre as ciências sociais, aquelas que são hoje dominantes e atraem mais estudantes são o direito (como sempre o foi) e a economia, não a sociologia ou antropologia. E a ciência política, que até há pouco mal existia como disciplina independente, atrai cada vez maior número de profissionais. Nesta afirmação não há novamente, como não havia na metáfora das *babuskas*, qualquer sentido de precedência. Há apenas a constatação de uma maior preferência do mercado dos estudantes pelo direito, pela economia, e também pela administração de empresas, que está diretamente ligada à economia, embora busque subsídios importantes em todas as demais ciências sociais.

Qual a razão dessa preferência profissional? Há, naturalmente, uma resposta diretamente relacionada com a necessidade de profissionais para cada área. O direito foi sempre, do ponto de vista operacional, a ciência social mais necessária em todas as sociedades complexas, e a teoria econômica passou a ser estratégica no momento em que o capitalismo, ou seja, um sistema de mercado, tornou-se o sistema social dominante. A sociologia, porém, também prosperou depois da emergência do capitalismo, e no entanto o número de seus praticantes tende a diminuir. Para isto, há uma explicação de caráter profissional. O direito trata das instituições dotadas de coercitividade pelo Estado. Por isso, sempre foi uma ciência que abre espaço para profissões importantes, como advogado, juiz, promotor, delegado de polícia. A administração de empresas tornou-se fundamental no século vinte porque foi nesse século que a produção deixou de ser realizada por famílias ou por firmas familiares para ser realizada por um tipo de organização burocrática – a empresa moderna. A economia abre um espaço profissional muito menor, mas já considerável nas organizações públicas que formulam políticas econômicas e nas empresas e organizações corporativas que devem reagir ou se adaptar aos movimentos do mercado e às políticas econômicas do Estado. A ciência política abre espaço para um número ainda menor de profissionais, mas, essa é uma profissão em expansão na medida em que os cientistas políticos, ao lado dos advogados e dos economistas, vão se tornando operativos no debate e desenho de instituições. Já a história, a sociologia e a antropologia só abrem espaço profissional para quem vai ser professor ou pesquisador na área.

No sistema de instâncias sociais que preside a definição dos campos das ciências sociais, embora as instâncias sejam interdependentes e não haja uma hierarquia entre elas, está hoje claro que é muito difícil lograr a mudança social agindo ao nível das estruturas ou da cultura, enquanto que através das instituições é possível alcançar alguma mudança. Por isso existem profissões relacionadas com as ciências sociais orientadas para mudar ou interpretar instituições, enquanto não existem para as ciências que lidam com as estruturas e a cultura. Ou melhor, em relação à cultura, se não existem profissões relacionadas com as ciências da cultura, e particularmente com a antropologia, existem profissões de produtores de cultura e de comunicação, que, no mundo em que vivemos – a sociedade do conhecimento técnico, organizacional e comunicativo – são cada vez mais importantes.

Além, porém, de um problema de ordem profissional, há um outro de natureza mais ampla e política, que fizeram que especialmente a sociologia perdesse espaço no mundo do início do século vinte e um. Para a instância estrutural não existe profissão correspondente, e a ação mais direta é a revolução. Engenheiros e economistas planejadores sem dúvida estudam problemas de infra-estrutura econômica, e empresários e administradores investem nela e organizam seus aparelhos, mas nos últimos 25 anos essa atividade perdeu grande parte de sua importância nos países da América Latina porque, influenciados pelas idéias vindas do exterior mas não aplicadas lá, deixaram de promover estratégias de desenvolvimento. Além disso, cientistas e tecnólogos atuam sobre a estrutura tecnológica da sociedade, mas, como no caso anterior, os principais agentes não são sociólogos. Quanto às revoluções, naturalmente não existe profissão correspondente. Em um certo momento histórico, quando os homens pensaram que poderiam realizar a revolução socialista, ou a revolução cultural, a sociologia, ao analisar as estruturas sociais, teve uma grande atração. Confundia-se ser sociólogo e ser socialista. Desde os anos 70 do século vinte, entretanto, ficou claro que a esperança nas revoluções é utópica, e que devemos nos contentar com as reformas – e reformas se fazem mudando principalmente as instituições. Será preciso também mudar a cultura e as estruturas, mas essa mudança ficará em grande parte fora do controle dos cientistas sociais, que poderão analisá-las, não promovê-las. Os cidadãos e políticos progressistas distinguem-se, nesse processo, por estarem engajados nas mudanças nos três níveis, sempre com uma preocupação de justiça; os conservadores resistirão à mudança, preocupados com a ordem; enquanto os neoliberais, que se tornaram tão tristemente poderosos nos tempos que correm, igualmente

privilegiando a ordem sobre a justiça, viverão a contradição de apoiar a mudança econômica e tecnológica ao mesmo tempo em que querem voltar atrás no plano dos costumes e da moral.

Referências

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2003) “Economics' Two Methods and the New Historical Facts Approach”. Paper to be presented at the European Association for Evolutionary Political Economy XVth Annual Conference, Maastricht, November 7-10, 2003. Revised in January 2005. Available at www.bresserpereira.org.br.

Coase, Ronald (1937) “The Nature of the Firm”. *Economica*, n°.4: 386-405.

Frank, Lawrence K. (1934) “Causation: An Episode in the History of Thought”. *The Journal of Philosophy* 31(16): 421-428.

Lijhart, Arend (1999) *Patterns of Democracy*. New Haven: Yale University Press, 1999. (caps. 8 e 15) (pp. 143-170; 258-174)

Przeworski, Adam (1996) “Sobre o Desenho do Estado: Uma Perspectiva Agente *versus* Principal”. In Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Peter Spink, eds. (1996) *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*.

Przeworski, Adam, Michael Alvarez, José Antônio Cheibub e Fernando Limongi (2000) *Democracy and Development : Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press.

Touraine, Alain (2005) *Un Nouveau Paradigme*. Paris: Fayard.